

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS CIÊNCIAS HUMANAS: a experiência da Escola do Laranjal em Itapuranga

Valtuir Moreira da Silva – UEG Câmpus Itapuranga

Prof. Dr. em História, Diretor do Câmpus UEG em Itapuranga e Coordenador Projeto de Extensão Saberes nas Ruralidades

Email: valtuir13@gmail.com

RESUMO:

A educação do campo como um processo formativo que se estruturou na História do Brasil, a partir da terceira década do século XX, consolidando-se como espaços de experiências produzidas por movimentos sociais dos trabalhadores rurais, aos quais foram sendo incorporados como programa e projetos do estado brasileiro a partir de 1945. Visualizamos que, a educação do campo se insere na luta social dos movimentos sociais que se estruturaram desde as ligas camponesas, com as comunidades eclesiais de base, com o sindicalismo rural e com as suas inúmeras centrais sindicais e movimentos de luta, campo e cidade, que surgiram a partir da década de 1980. Para nossa pesquisa apoiamos em Thompson (1998), Brandão (1981), Frei Beto (2004), Freire (1996). Como políticas públicas do estado brasileiro percebe-se a apropriação de inúmeras experiências desenvolvidas nos movimentos sociais e tornando-se um instrumento de resposta a sociedade nacional e organismos internacionais de que se produz a educação que atenda aos camponeses, aos quais em 2013, temos no Brasil, cerca de 8,3% de analfabetos. As fontes principais de consultas foram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, fontes bibliográficas, documentos que nos foram cedidos na primeira experiência de educação de adultos no município de Itapuranga-Goiás, produzida pelos trabalhadores rurais, na Fazenda Laranjal, na década de 1980.

Ao pensarmos a educação do campo no Brasil somos levados em perceber que fora construída através dos movimentos populares e sociais. Quando nos propomos em discutir a temática em tela, interpela-nos conhecer o processo de construção das experiências que se constituíram nos programas e políticas públicas que lidaram com um ambiente educativo para jovens e adultos. Reconhece-se que existiu um processo histórico que não se pode perder de vista.

Salientamos que, desde o processo de conquista português, 1549, os jesuítas nos legaram informações de que existira a preocupação em desenvolver uma

educação para os adultos. Razão pela qual, estamos cientes de que sempre existira um processo de construção da educação para jovens e adultos, muito presente nas experiências sociais, constituídas por movimentos populares, mas sempre negado pelo Estado, enquanto políticas públicas.

A certeza de um processo em curso historicamente são perceptíveis em movimentos sociais dos operários paulistas, ligados ao anarquismo, anarco-sindicalismo e grupos socialistas que sempre tivera em suas lutas uma educação para todos, inclusive os jovens e adultos. Ressalte que, na produção de políticas de estado, somente a partir da Lei 19.513 de 25 de agosto de 1945 é que estivera presentes um programa oficial que traz para a seara pública a preocupação com a educação de jovens e adultos. Todo este percurso com a preocupação de alfabetizar os jovens e adultos que estivessem fora do sistema regular de ensino brasileiro sempre fora parte da demanda dos movimentos populares. Para Beserra e Barreto (1994, p. 167) foram criados:

a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961); além dos Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão. Também se Aprende a Ler – CPCTAL, sendo que o primeiro estava mais voltado para atender às necessidades de qualificação da mão-de-obra para o setor industrial (além da necessidade de ampliar os “currais” eleitorais mantidos pelas práticas “clientelísticas”), os demais tinham o intuito de atender às populações das regiões menos desenvolvidas, além da preocupação de conscientização e integração desse grupo através da alfabetização e utilização do sistema Paulo Freire (BRASIL, 1945).

Veja-se que não há uma preocupação em se tornar tais intentos como uma política de estado, mas tudo estava voltado para atender aos programas e campanhas, quem sabe de compensação, cujo objetivo fora enfrentar os desafios de uma educação voltada para tal segmento. Um país, ao qual uma grande maioria da população era formada por analfabetos, ao qual no Brasil, somente depois do governo Vargas (1930-45), que se tornara um parte do projeto de construção de um país moderno e industrializado.

A seguir podemos constatar as disparidades e desafios que marcaram a trajetória de enfrentamento da educação para jovens e adultos, aos quais temos a metade

da população brasileira formada por analfabetos, cidadãos que estavam acima dos 15 anos eram os grandes expoentes desta estatística.

Tabela 1
Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais no Brasil, 1900-2010

Ano	Total*	Analfabeta*	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,25%
1920	17.564	11.409	64,96%
1930	23.648	13.629	57,63%
1940	30.188	15.272	50,59%
1960	40.233	15.964	39,68%
1970	53.633	18.100	33,75%
1980	74.600	19.356	25,95%
1991	94.891	18.682	19,69%
2000	119.533	16.295	13,63%
2010	144.824	13.941	9,63%

Fonte: IBGE (2010).

Nota: * valores em milhares.

Dados estes que nos mostram que houve uma queda na taxa de analfabetismo, levando-nos a compreender que a inserção de jovens e adultos nos programas oficiais e das instituições educativas são cada vez mais frequentes. Infere-se que há um quadro desolador, pois temos no Brasil, em 2013, 8,5% da população em situação de analfabetismo.

Todo este esforço de construção das políticas de estado para a educação de jovens e adultos contém uma intensa mobilização social que marcou e continua sendo importante instrumento nesta trajetória. E que, tais cobranças para que tenhamos no Brasil um programa alvissareiro de enfrentamento e oferta da educação no campo tornou-se obrigatório com a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que em seu artigo 37 garante um instrumental para que o Estado, enquanto ente federado, possa investir em tais programas.

Com a LDB 9394/96 teremos em nível de governo federal, uma inconstância, na medida em que, os partidos políticos no Brasil, ao chegarem ao poder não produzem políticas de estado, mas versão em programas partidários e criam suas políticas de governo para o campo, de acordo com os interesses e instrumentos ideológicos. Logo, um programa do estado que enfrente e faça valer direitos constitucionais para a educação dos jovens e adultos, não aparecem mais como políticas compensatórias e com estatísticas para dar respostas a sociedade e organismo internacionais que financiam projetos de educação.

Tivemos assim, uma diversidade de programas, projetos e tentativas de criação de enfrentamentos para com a educação de jovens e adultos, aos quais existem experiências alvissareiras, tanto àquelas ligadas aos entes federados, como as produzidas por movimentos sociais, tanto operários quanto camponeses, na imensa diversidade espacial, social e cultural do Brasil.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos dão a dimensão das políticas de educação para o campo em alguns Estados brasileiros, ao qual demonstra o panorama do analfabetismo nas unidades da federação, levando a uma percepção de que, ainda existem muitas lutas para serem enfrentadas em relação a tal demanda social brasileira.

Nesta constante busca de entendimento das políticas públicas para atender à tal demanda, de acordo com os dados do Censo Escolar, 2013, as matrículas em relação a educação do campo estão diminuindo ano após ano, confirmando as nossas inferências de que todo este escopo governamental para fazer frente a este desafio, ainda precisa melhor ser gestado. A seguir apresentamos o gráfico que retrata tal questão:

Frente a tal realidade de construção e luta por direitos sociais é que os trabalhadores brasileiros – campo e cidade, sempre colocaram em seus embates a inserção da educação no e do campo, algo que fora incorporado nas decisões governamentais, tanto em nível federal quanto estadual, tornando-se programas que procuram dar uma resposta às demandas constituídas historicamente.

Saliente-se que, a Educação do Campo seja uma condicionantes destes movimentos sociais, a experiência produzida pelos trabalhadores rurais em Itapuranga, município de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do país, pode nos dar uma

demonstração interessante de como a busca por uma inserção da educação para os jovens e adultos também foram pautas importantes nas lutas camponesas no Brasil. Exemplo histórico da Escola Popular do Laranjal que se fez e refez com os interesses dos camponeses, construída a partir de uma demanda destes atores sociais.

Escola Popular da Fazenda Laranjal

Na década de 1980, um grupo de professores e voluntários, preocupados com o número de pessoas adultas que não tinham o conhecimento da leitura ou não eram alfabetizadas, se reúnem para discutir formas de sanar esta deficiência que o poder público, mesmo tendo conhecimento do problema, não se preocupava em resolvê-lo, como não se preocupa na atualidade, fazendo propaganda nos meios midiáticos, mas não atacando o cerne do problema.

Tal demanda, como vimos, não é recente como observamos ao recorrermos aos fatos que permearam a educação ao longo de nossa história, tendo como propostas dos governantes uma educação excludente voltada para a classe dominante, não permitido às camadas sociais mais baixas terem acesso ao saber, ou preparando-os para ser mão de obra barata explorados pelo capital, deixando-os sem conhecer seus direitos.

No século passado, muitos educadores tentaram mudar esse quadro criando um novo tipo de educação que fosse mais libertária, mas encontrou uma forte resistência por parte do poder dominante, ou por parte do poder econômico que exerce uma imposição fortíssima no poder político existente em nosso país. Portanto as novas buscas por mudanças irão encontrar um caminho cheio de obstáculos, mas muitos educadores foram buscar algo mais para mudar a forma de educar e um conceito novo para trabalhar com novos métodos a serem aplicados na alfabetização de crianças e adultos.

Em 1960, inicia em Pernambuco um movimento liderado por alguns professores e estudantes da Universidade Federal deste Estado, que tinha como ponto fundamental construir uma nova forma de pensar a educação e traçar um novo caminho que pudesse ter uma nova metodologia partindo do princípio de como seria elaborado, para quem seria elaborado e quem elaboraria.

A ideia começa a tomar forma para elaborar um novo método que se diferenciava dos demais, que fosse libertador e não servisse apenas para aumentar o número daqueles que apenas soubessem assinar o “nome”, tornando-se mais um joguete nas mãos dos políticos inescrupulosos, que utilizavam do voto de cabresto para se manterem no poder e continuar dominando os trabalhadores, não lhes dando o direito de livre escolha. Não era permitido questionar o que estava acontecendo, e muito menos procurar formas que lhes auxiliassem na busca por mudanças ou novos rumos para sua sobrevivência.

Carlos Rodrigues Brandão (1981) fazendo uma referência ao novo método elaborado por um grupo de professores e alunos assim se expressa: “Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torna-lo doméstico” (Brandão, 19981 p.16). Nessa afirmativa Brandão ressalta a nova proposta de educação elaborada a partir dos estudos e reuniões realizadas pelo grupo de alunos voluntários, em que a educação seria uma ferramenta que pudesse dar uma nova dimensão a esta nova metodologia, onde o foco principal é a busca por uma educação libertadora na formação da consciência crítica dos no vos alfabetizados.

A experiência desta forma de pensar e executar uma nova proposta educacional, começa no nordeste, onde os “de pé no chão”, elaboram uma nova cartilha, partindo de seu cotidiano e suas principais dificuldades, dentro de sua realidade local. Brandão citando Paulo Freire assim se expressa:

Os resultados obtidos_300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias _ impressionaram profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal. E foi assim que entre junho de 1963 e março de 1964, foram realizados cursos de coordenadores na maior parte das Capitais dos Estados brasileiros(...).O plano de ação de 1964 previa a instalação de 20.000 círculos de cultura, capazes de formar no mesmo ano, por volta de 2 milhões de alunos.(...) (Brandão, 1981 p.18 e 19).

Nesta referência, Brandão ressalta os avanços e o sucesso que o novo método alcançou no meio das comunidades rurais ou que viviam em pequenas vilas sem nenhum apoio das autoridades, deixando-os em um total abandono. Com a ideia deste grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Pernambuco encampam essa

nova metodologia, criando junto com os próprios interessados ou autores a forma de ação a ser implantada e estruturadas de acordo com o meio em que vivem.

Voltado aos anos 1980, com o regresso do exílio Paulo Freire e muitos educadores preocupados com o avanço calamitoso do analfabetismo em nosso país, resolvem se reunir para procurar alternativas na tentativa de diminuir as dificuldades e os problemas que afligiam nosso povo simples que não tiveram condições de frequentar escola na sua infância porque tinham que auxiliar no trabalho pesado as suas famílias para sobreviverem, sendo impedidos de buscar o conhecimento escolar.

Em um município do interior do Estado de Goiás, Itapuranga, um grupo de professores da rede oficial de educação, juntamente com outros voluntários se reuniram e começaram a discutir maneiras de auxiliar as pessoas adultas que moravam nas comunidades rurais, cujo objetivo era ensinar a ler, ou não tinham consciência de seus direitos, sendo explorados pelo poder político e do capital, se interessaram em buscar novos caminhos. Assim se reúnem para elaborar uma cartilha com as palavras geradoras, que faziam parte de seu cotidiano, sendo que os animadores mais ouviam do que falavam, acatando as sugestões dos futuros alunos. Terminada esta etapa, os professores animadores elaboraram as cartilhas com as palavras sugeridas pela comunidade.

Entre as palavras geradoras elaboradas pelos trabalhadores vamos encontrar algumas que estão diretamente ligadas ao seu universo diário como:

LARANJAL. LA LE LI LO LU. RA RE RI RO RU. NA EN IN ON UN. JÁ JE JI JO
JU. AL EL IL OL UL.

ROÇA. RA RE RI RO RU. ÇA ÇE ÇI ÇO ÇU.

ENXADA. NA EN IN ON UN. XA XE XI XO XU. DA DE DI DO DU.

CARROÇA. CA CE CI CO CU. RRA, RRE, RRI, RRO, RRU. ÇA ÇE ÇI ÇO ÇU.

MILHO. MA ME MI MO MU. LHA ÇLHE LHI LHO LHU.

Como podemos observar, as palavras geradoras mencionadas, aparecem as dificuldades ortográficas, que serão estudadas posteriormente. Outra iniciativa do grupo foi a necessidade de aprenderem a matemática, não a matemática clássica, mas aquela voltada para as suas atividades diárias, para não serem “passados para traz” pelos espertalhões do comércio, fatos que aconteciam constantemente.

A primeira experiência acontece na Comunidade do Laranjal, na década de 1980, com um grupo de lavradores e lavadoras, tendo como animadores as professoras Eliana da Cunha Machado, Maria Conceição Teixeira, Maria Lúcia Vanuchi, Maria Teixeira e Perpétua Maria de Camargos Gontijo. Esse grupo se deslocava da cidade para a Comunidade do laranjal, usando os meios de transportes mais diversos, indo desde as caminhadas a pé, ônibus, carroças e bicicletas. Foi um esforço por parte, tanto dos animadores, como por parte dos educandos que depois da exaustiva jornada de trabalho, ainda encontravam forças para frequentarem assiduamente as aulas noturnas.

Enfrentando as dificuldades que eram muitas, os monitores em menos de quatro meses conseguiram, não só alfabetizar, mas discutir seus direitos e se prepararem para enfrentar o explorador na pessoa do atravessador (aquele que comprava seus produtos a preços irrisórios achando que ainda estava fazendo um grande favor), procurando se unir porque começaram a acreditar que unidos seriam mais fortes.

Diante desta experiência, outras comunidades do município de Itapuranga também manifestaram o desejo de participarem desta nova experiência, que havia rendido à comunidade do Laranjal uma nova maneira de ver o mundo. Assim a comunidade do, então, distrito de Guaraíta, também decidiram discutir com os trabalhadores e solicitar da equipe de monitores do Laranjal ajuda para montar uma experiência semelhante.

Os monitores novamente se reuniram com os trabalhadores e juntos construíram uma cartilha que continha as palavras geradoras ligadas ao seu cotidiano. Novamente foi um sucesso. Outras experiências surgiram no município em locais diferentes, na periferia da cidade como Vila Cascalho, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no centro da cidade. A equipe de monitores continuaram a se encontrar com os trabalhadores das localidades mencionadas, acompanhando a continuidade das práticas elaboradas.

Esta experiência do Método Paulo Freire aplicada, antes da ditadura militar, foi uma nova ferramenta que teve várias finalidades, dentre elas, além da alfabetização, a conscientização política, a busca pelos seus direitos como cidadãos e a luta em defesa da liberdade de ação diante dos exploradores e da política clientelista que utilizava o povo como massa de manobra para se manter no poder. Construiu-se uma nova

consciência política, social e cultural a partir da vivência da educação de jovens e adultos com os camponeses em Itapuranga.

REFERÊNCIA:

BACHELARD, G. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRANDÃO, C. R. *O que é método Paulo Freire*. Editora Brasiliense: Rio de Janeiro, 1981.

DARTON, R. O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREIRE, P.; BETO, F. Essa escola chamada vida. Ática: São Paulo, 2ª. Ed, 2004.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operaria inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.